

COORDENAÇÃO GERAL PACS:

Aline Alves de Lima

COORDENAÇÃO DA PESQUISA:

Luiz Jardim Wanderley
Rafaela Silva Dornelas

PESQUISA:

Cecília Vieira de Melo
Julia Silva de Castro
Luiz Jardim Wanderley
Marina Ferreira Praça
Rafaela Silva Dornelas

TEXTOS:

Julia Silva de Castro
Luiz Jardim Wanderley
Rafaela Silva Dornelas

REVISÃO DE TEXTO:

Júlia Ribeiro Vitoriano
Karoline Kina

COLABORAÇÕES:

Ana Luisa Queiroz
Bruno Milanez
Caio Floriano dos Santos
Roberto José H. M. Vervloet
Pedro Artur Cruz de Melo
Karoline Kina

PROJETO GRÁFICO E CARTOGRAFIAS:

Coletivo Etinerâncias
Gabriel Kieling e Julia Pinto

CAPA E ILUSTRAÇÕES:

Gabriel Kieling

“Rotas do Minério de Ferro: impactos, violações de direitos e resistências populares” é uma publicação do Instituto PACS e Grupo PoEMAS

Brasil, fevereiro de 2022 – Primeira versão, ISBN: 978-65-992516-9-6

REALIZAÇÃO:



PoEMAS
Grupo Política,
Economia, Mineração,
Ambiente e Sociedade



APOIO:



ROTAS DO MINÉRIO DE FERRO:

impactos, violações de direitos e resistências populares



INTRODUÇÃO

Esse material surge da necessidade de conhecer melhor a rede de produção do minério de ferro, principalmente a partir da interligação das lutas cotidianas contra a destruição e as violações de direitos por empreendimentos minero-metalúrgicos em diferentes localidades.

Os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo estão entrelaçados pelas rotas da mineração-siderurgia, que impõe um modo de “desenvolvimento” e de organização centrados em megaprojetos violadores de direitos que contaminam as águas, solo, ar e alimentos e deterioram os modos de vida das comunidades e territórios. Para extrair, beneficiar, circular, escoar e exportar os minérios, permite-se que grandes empresas instalem e controlem uma rede composta por minas, ferrovias, minerodutos, usinas siderúrgicas e portos, estruturas físicas cuja imensidão refletem a escala dos danos causados sobre os territórios que atravessam.

O objetivo não foi realizar um detalhamento minucioso ou abarcar a totalidade dos conflitos e resistências, mas construir um instrumento de fácil apreensão que contextualize os circuitos econômicos que atravessam os territórios, assim como os principais impactos observados e os mais relevantes agentes econômicos responsáveis, visibilizando também os espaços de lutas e movimentos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Ao longo dos três estados, a rede de produção minero-siderúrgica está concentrada nas mãos de poucos agentes econômicos, com o predomínio da Vale S.A. Olhando para as operações destas empresas e para as vidas nos territórios, vemos que o corredor logístico da cadeia produtiva possui quatro principais momentos: (i) a extração, (ii) o escoamento, (iii) o beneficiamento/transformação e (iv) a exportação. Esses momentos se realizam por meio de estruturas físicas controladas pelas empresas, as quais compõem o que chamamos de “anatomia da cadeia produtiva”: minas; barragens de rejeito; pilhas de estéril; minerodutos; ferrovias; usinas de beneficiamento; pelotizadoras; siderurgias; e terminais portuários.

As mineradoras encontram-se inseridas em redes globais de produção do minério de ferro e se enraízam nos territórios a partir de estratégias e práticas corporativas. Assim, o comportamento das empresas é similar em localidades distintas, resultando em padrões de violação de direitos e conflitos socioambientais que se repetem e se acumulam. Em resposta, existem construções de resistência e contestação social conjuntas por parte dos povos territorializados.

EVENTOS DESTACADOS

• Rompimento da barragem em Brumadinho

A barragem de rejeito B1 fazia parte das estruturas da mina Córrego do Feijão, no Complexo Paraopeba do Sistema Sul da Vale S.A. A barragem rompeu em 25 de janeiro de 2019, interrompendo 272 vidas humanas e de um sem-número de animais. O despejo de rejeitos tóxicos provocou consequências ambientais irreparáveis na bacia do Rio Paraopeba. Os efeitos ainda são evidentes nos locais atingidos, onde falta água e serviços de saúde, a agricultura definha, a pesca é interdita, modos de vida são inviabilizados e o turismo é visto com desconfiança. Com dificuldade de recomposição autônoma da renda e sob os efeitos dos danos socioambientais, a população tem adoecido física e psiquicamente.

• Rompimento da barragem do Fundão em Mariana

Em 05 de novembro de 2015 rompeu a barragem do Fundão, de propriedade da Samarco (controlada pela Vale S.A e BHP Billiton), localizada em Mariana/MG. O rompimento causou a interrupção de 20 vidas humanas e destruição ao longo do Rio Doce, chegou na foz e despejou rejeito tóxico também na costa litorânea Atlântica. Configura como um dos crimes ambientais mais graves da história da mineração, com perdas irreparáveis às comunidades e à natureza. As violações se renovam diante da ausência de soluções e reparação e do controle corporativo do território, principalmente por meio da criação da Fundação Renova.

• Chuva de prata

Desde o início de suas operações em 2010, a Ternium Brasil, antiga TKCSA (Pertencente à VALE e à THYSSENKRUPP), emite grandes quantidades de resíduos de ferro e grafite sobre casas e ruas do entorno da usina no bairro de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro. A paisagem carrega um pó cinza acumulado sobre telhados, varandas, mobília, pisos e construções, e a comunidade sofre com a piora na qualidade do ar. Foram 3 os momentos críticos de episódios da “chuva de prata” (2010 e 2012), que resultaram em multa à empresa, mas nenhuma indenização foi destinada às pessoas atingidas. Casos como esse acontecem em outros territórios vizinhos de empreendimentos siderúrgicos.

• Atropelamentos nas ferrovias da MRS e EFVM

A ferrovia da MRS Logística S.A. transporta por cerca de 530 km o minério extraído principalmente no Sistema Sul da Vale S.A. e pela CSN, do Quadrilátero Ferrífero até os Complexo Portuários na Baía de Sepetiba, no RJ. Estrada de Ferro Vitória - Minas (EFVM), operada pela VLI (da Vale S.A.), também sai de MG e segue por 905 km até o Porto de Tubarão, no ES. A MRS possui o maior número de atropelamentos, entre as que escoam minério de ferro, com mortes ou lesões graves no país — foram, em média, 55 ocorrências por ano, de 2006 a 2020, frente a 11 ocorrências/ano na EFVM.

IMPACTOS DIFERENCIADOS NA VIDA DAS MULHERES

Os danos negativos da implantação e operação dos megaprojetos minerários são maiores na vida das mulheres. A divisão sexual do trabalho orienta as relações sociais e responsabiliza as mulheres pelas tarefas de reprodução da vida, o que gera uma maior sobrecarga no aumento do cuidado da casa e da família num ambiente altamente poluído e adoecedor. Em função da violência patriarcal, essas mulheres estão mais sujeitas ao aumento de taxas de violência sexual e feminicídios, ao adoecimento físico e psíquico, ao não reconhecimento de seus direitos e ao aumento da vulnerabilidade socioeconômica — que atingem desproporcionalmente mulheres negras e de povos tradicionais.

Ao mesmo tempo, são elas as agentes principais, em diferentes níveis, na defesa da vida, dos direitos humanos e ambientais. Como administradoras dos recursos naturais e possuidoras de conhecimentos ancestrais, o papel que desempenham nas comunidades no espaço doméstico e público desloca a política para dentro de casa e torna-o visível. A valorização de organizações de mulheres, redes, modos de vida e lutas cotidianas, as ações políticas e o encorajamento para a ocupação de espaços de poder e tomada de decisão são caminhos necessários para a construção de saídas justas para a repressão patriarcal do extrativismo.

RACISMO AMBIENTAL

As escolhas tomadas pelo Estado junto às corporações que controlam os megaprojetos extrativos minerais revelam uma maior vulnerabilidade e exposição aos riscos socioambientais por populações que integram minorias raciais e étnicas. O processo histórico que estrutura o racismo no Brasil proporciona a situação na qual populações negras, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, assim como bairros e regiões empobrecidas, tenham menos condições de acesso ao poder, à justiça e à visibilidade social. Portanto, recebem de forma desigual e injusta a distribuição dos danos e riscos ambientais, como é perceptível na localização dos empreendimentos poluidores e das barragens de rejeitos de mineração.

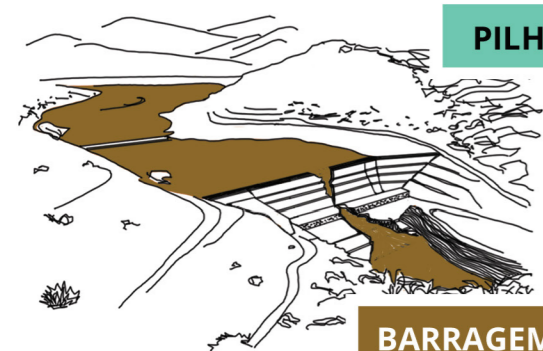
A negação de participação e escuta das comunidades próximas aos empreendimentos é uma prática que infringe direitos fundamentais e exclui os que deveriam ter centralidade no processo de tomada de decisão sobre os territórios. Conforme o material nos apresenta, centenas de famílias ao longo da rota do minério de ferro foram retiradas de suas casas e territórios devido às irregularidades no processo de licenciamento para implantação, operação e expansão de empreendimentos minero-siderúrgicos e, em casos mais graves, vitimadas pelos crimes-desastres.

AQUECIMENTO GLOBAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), vinculado à ONU, vem afirmando categoricamente ao longo dos anos que a ação humana tem sido responsável pelos eventos extremos e catastróficos atrelados ao clima. A mineração e a siderurgia possuem relação direta com as mudanças climáticas, como no elevado consumo de combustíveis fósseis (carvão mineral e combustível) e eletricidade no beneficiamento e transporte, assim como de água em todas as etapas. Além disso, nas instalações e expansões, alteram ambientes causando diversos efeitos nocivos, como desmatamento.

É importante destacar que os locais onde os megaprojetos se instalam são, de modo geral, habitados por populações que detêm concepções de natureza responsáveis por desempenhar papel fundamental para a preservação das florestas, das águas e da biodiversidade e na manutenção dos estoques de carbono — indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, entre outros. Os últimos anos, no entanto, vêm sendo marcados pelo avanço de projetos extrativos que buscam desregular o direito territorial desses povos, cujos resultados serão efeitos severos para o planeta com a intensificação de eventos climáticos extremos.

IMPACTOS E VIOLAÇÕES DA REDE DE PRODUÇÃO DO FERRO



PILHA DE ESTÉRIL

- Contaminação ar / água / solo
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Restrição de circulação e uso do território
- Perda de renda das comunidades

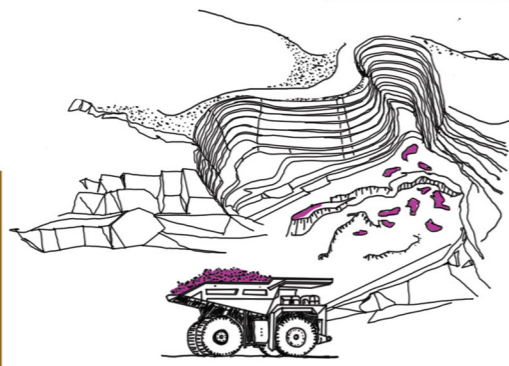
- Contaminação ar / água / solo
- Soterramento e danos de edificações
- Mortes de trabalhadores e população do entorno
- Perda de renda das comunidades
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Restrição de circulação e uso do território
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos
- Pressões sobre o orçamento público

- Medo de rompimentos
- **Rompimentos**
- Terrorismo de barragem
- Remoções/expulsões
- Contaminação ar/água/solo
- Restrição de circulação e uso do território
- Perda de renda das comunidades atingidas
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos



BARRAGEM DE REJEITOS

- Contaminação ar / água / solo
- Morte de trabalhadores
- Apropriação dos bens comuns
- Remoções/expulsões
- Pressões sobre o orçamento público
- Dependência econômica
- Escassez / insegurança hídrica
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Especulação fundiária com aumento do valor da terra
- Restrição de circulação e uso do território
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos
- Perda de renda das comunidades



MINA

- Contaminação ar / água / solo
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos
- Perda de renda das comunidades atingidas
- Pressões sobre o orçamento público
- Restrição de circulação e uso do território

- Atropelamentos (lesões e mortes)
- Contaminação ar / água / solo
- Casos de surdez de pessoas e animais / poluição sonora
- Danos nas estruturas de edificações
- Remoções / expulsões
- Restrição de circulação e uso do território
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Perda de renda das comunidades
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos



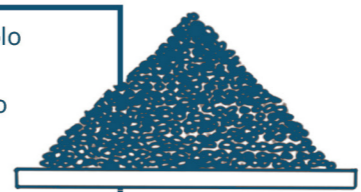
ESCÓRIA

- Contaminação ar / água / solo
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Restrição de circulação e uso do território
- Perda de renda das comunidades

- Escassez / insegurança hídrica
- Restrição de circulação e uso do território
- Apropriação de bens comuns
- Perda de renda das comunidades
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos
- Medo de rompimentos
- **Rompimentos**



- Contaminação ar / água / solo
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Morte de trabalhadores
- Pressões sobre o orçamento público



SIDERÚRGICA | FUNDIÇÃO

PELOTIZAÇÃO

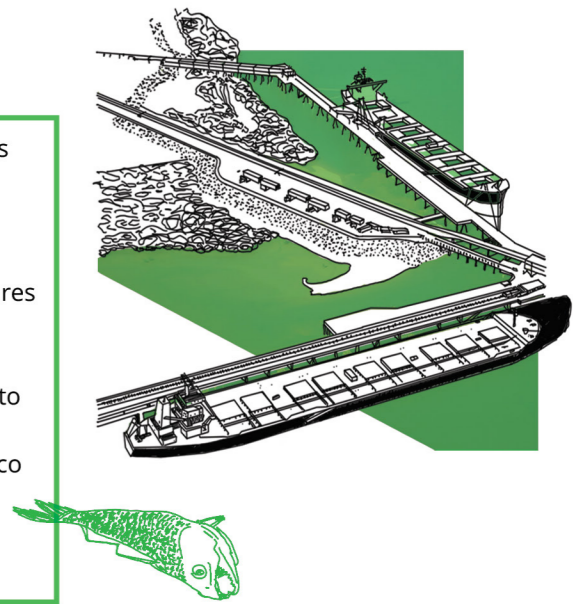
- Contaminação água / solo
- Perda de biodiversidade e de patrimônios paisagísticos
- Perda de renda das comunidades
- Pressões sobre o orçamento público

- Agravamento das mudanças climáticas
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Morte de trabalhadores
- Especulação fundiária com aumento do valor da terra
- Pressões sobre o orçamento público
- Dependência econômica
- Restrição de circulação e uso do território
- Contaminação ar / água / solo
- Escassez / insegurança hídrica
- Perda de renda das comunidades



PORTOS

- Modificação de correntes marinhas
- Contaminação ar / solo
- Dependência econômica
- Perda de renda das comunidades
- Impactos na saúde dos trabalhadores e população do entorno
- Mortes de trabalhadores
- Especulação fundiária com aumento do valor da terra
- Pressões sobre o orçamento público
- Restrição de circulação e uso do território
- **Contaminação dos mares**



MERCADO INTERNO

MERCADO EXTERNO

FERROVIAS

MINERODUTO



População atingida em luta pela reparação justa e integral dos danos causados pelo rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, da Vale. Reivindicam indenização pelas perdas humanas e por danos materiais e imateriais; participação informada; recuperação ambiental; abastecimento de água e ações de atenção à saúde.

Sem-Terra do Acampamento Zequinha e Pátria Livre – MG

Reivindicam reconhecimento enquanto atingidos e o direito de permanecer no território.

A contaminação do rio Paraopeba provocou a perda de cultivos pela falta de água, além de problemas de saúde e diversos transtornos. Em janeiro de 2020 foi suspensa a reintegração de posse demandada pela MMX e Comisa em audiência na Vara Agrária de MG.

Povos Pataxó e Pataxó Hã Hã da Aldeia Naô Xohã – MG

Reivindicam indenização e realocação da aldeia.

A contaminação do rio Paraopeba inviabilizou ritos próprios e o abastecimento de água da aldeia. Em abril de 2019, a Vale assinou um acordo com MPF, Funai e lideranças que definiu medidas emergenciais de reparação. Os Pataxós têm denunciado o não reconhecimento de sua tradicionalidade migratória.

Atingidas/os de Brumadinho – MG

O acordo em curso entre empresa, estado de MG e instituições

de Justiça é alvo de sucessivos protestos pela falta de transparência e participação dos atingidos nas reuniões de negociação. Em outubro de 2020, os atingidos chegaram a ocupar a sede da Vale em Brumadinho, que se recusou a receber as reivindicações.

Atingidas/os de Jangada Brumadinho – MG

Reivindicam a preservação e recuperação das nascentes.

Desde 2010, a Associação Comunitária monitora as operações do Complexo Paraopeba. Duas semanas antes do rompimento solicitou a suspensão da licença ambiental da Mina Córrego do Feijão e que os responsáveis pela concessão fossem investigados criminalmente.

Atingidas/os de Juatuba – MG

O município teve o abastecimento de água comprometido e os casos de doenças aumentaram devido à contaminação do rio Paraopeba. Além disso, pescadores sofrem com a falta de renda. Os atingidos reivindicam a contratação de Assessoria Técnica Independente.

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA ROTA DO MINÉRIO DE FERRO

O material cartográfico busca representar a sistematização do funcionamento e das violações da rede produtiva do minério de ferro nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como das resistências que se constroem nos territórios impactados. Foram levados em consideração alguns eixos: as localizações da rede produtiva que compõem a “rota dos minérios” (minas, ferrovias, minerodutos, siderúrgicas e portos); principais atores econômicos; conflitos socioambientais e violações de direitos decorrentes da apropriação empresarial dos objetos que estruturam a rota.

Trata-se de um conteúdo síntese para fácil apreensão e visualização, sem esgotar a totalidade de conflitos e suas resistências. Buscamos o fortalecimento das lutas e a formação popular crítica sobre o setor minero-siderúrgico, que tem apagado e inviabilizado a reprodução da vida das populações e da natureza em nome da circulação de mercadorias.





TERRITÓRIOS | DESASTRE RIO DOCE

População atingida em luta pela reparação justa e integral dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco/Vale/BHP Billiton. Reivindicam continuidade do auxílio e fornecimento de água; serviço de atenção à saúde; indenização pelos danos materiais e imateriais; reassentamento e reconstrução das comunidades atingidas; recuperação ambiental.

Atingidas/os de Mariana – MG

Em jun. de 2018, foi firmado, sem participação dos atingidos, o TAC-Governança entre MPF, MPMG, MPES e empresas. Em junho de 2021, foi anunciado um novo acordo com a promessa de ampliar a participação. A Fundação Renova segue sem atender às demandas dos atingidos.

Atingidas/os de Barra Longa – MG

Em jun. de 2017, foi firmado um acordo entre MPF, MPMG e empresas para contratação de Assessoria Técnica Independente (ATI). Em maio de 2021, foi elaborada uma “Matriz de Danos” em contraponto à da Renova, que não teve participação dos atingidos, porém o documento não vem sendo utilizado para reparação justa.

Povo Krenak – MG

Reivindicam ações de reparação que reconheçam o rio Doce como ente sagrado. A contaminação do rio Doce — Watu para os Krenak — significa a morte de um ancestral e inviabilizou ritos próprios e o abastecimento de água das aldeias. Em protesto, os Krenak ocuparam a linha férrea da Vale por 4 dias.

Atingidas/os de Gov. Valadares – MG

Cerca de 55 mil pessoas só no município entraram com ações na justiça pelo baixo valor dos auxílios, que foram suspensas em julho de 2017. Em setembro de 2019, a OAB, junto a um escritório de advocacia do Reino Unido, anunciou uma ação coletiva contra a Samarco a ser julgada pela corte britânica.

Aldeia Indígena de Areal – ES

A aldeia de Areal, que está em processo de reconhecimento, se localiza na foz do rio Doce, onde a contaminação inviabilizou os modos de vida e abastecimento de água. Em novembro de 2019, recebeu o 4º Encontro de Cultura Ancestral, que reuniu diversos grupos e ativistas para formular ações em prol da regeneração do rio.

Atingidas/os de Regência – ES

Em fevereiro de 2016, a Justiça Federal acatou uma ação movida pelo MPF e proibiu por tempo indeterminado a pesca na região da foz do rio Doce, onde o distrito se localiza. Em novembro de 2020, a Samarco tentou reverter a decisão, mas o pedido foi indeferido. O processo de cadastramento para as indenizações tem sido alvo de sucessivas contestações.

Atingidas/os de Barra Nova – ES

A população teve suas atividades prejudicadas pelo despejo da lama tóxica no litoral capixaba e vem protestando contra os critérios de cadastramento da Renova para o auxílio, que os excluía. Em setembro de 2020, as empresas foram condenadas a indenizar todas as atingidas no município de São Mateus.

Quilombo de Degredo – ES

A comunidade quilombola de Degredo conquistou o reconhecimento junto à Fundação Palmares em 2015, meses antes do rompimento da barragem. Organizados, obtiveram conquistas importantes, como a primeira ATI contratada no ES, coordenada pelos próprios atingidos.

Povo Tupiniquim de Comboios e Córrego do Ouro – ES

Reivindicam ações de reparação que respeitem a sua autonomia. Em dezembro de 2018, ocuparam a portaria da Vale, em Vitória, exigindo indenização imediata. Em fevereiro e outubro de 2020 bloquearam os trilhos da Vale em protesto pelo abastecimento de água e desconsideração dos modos de vida no cadastro do auxílio.

Atingidas/os de Colatina – ES

Em julho de 2019, a população bloqueou a Estrada de Ferro da Vale reivindicando o pagamento do auxílio, que ainda não incluía os pescadores artesanais e outras categorias. Agricultores também seguem sem ter segurança sobre o futuro de suas atividades devido à baixa qualidade da água utilizada na irrigação.

Atingidas/os de Baixo Guandu – ES

A população interditou a Estrada de Ferro da Vale sucessivas vezes para denunciar a negligência da Renova em relação aos cadastros para o auxílio. Em março de 2021, o MPF recorreu na Justiça Federal em favor dos atingidos de Baixo Guandu, buscando reverter violações na indenização.



OUTROS TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Rede de Articulação e Justiça dos Atingidos do Projeto Minas-Rio (REAJA)

População atingida em luta contra violações de direitos pela Anglo American. Reivindicam o reassentamento de comunidades próximas à barragem e reparação pelos danos. Em 2018, o MPMG ajuizou uma ACP contra a Anglo e os atingidos pela expansão da Mina do Sapo obtiveram o direito de receber acompanhamento de uma ATI. Em 2020, a empresa foi obrigada judicialmente a fazer o reassentamento coletivo de comunidades.

Movimento “Mexeu com a Serra do Curral, mexeu comigo!”

População em luta contra violações de direitos pela Empresa de Mineração Pau Branco (Empabrá) e Fleurs Global Mineração, e pela não instalação do Complexo Minerário da Serra do Taquaril, da empresa Tamisa (Taquaril Mineração S.A.). Reivindicam tombamento estadual e suspensão imediata da mineração na Serra do Curral; recuperação ambiental.

Atingidas/os de Congonhas – MG

População atingida em luta contra violações de direitos pelo complexo minero-siderúrgico formado pelas empresas Vale, CSN, Namisa, Ferro+, Ferrous LigaeGerdau. Reivindicam reparação pelos danos; tombamento, preservação e recuperação da Serra Casa de Pedra. Em 2021, a Justiça do Trabalho condenou a CSN a indenizar trabalhadores pela exposição ao risco de rompimento da barragem, cuja estrutura é alvo de ações do MP desde 2013. Desde 2008 tramita na Câmara Municipal o PL do tombamento da Serra Casa de Pedra.

População de Viçosa e Paula Cândido - MG

População em luta pela não instalação de mineroduto da Ferrous Resources. Em 2016, após forte mobilização popular, a Ferrous teve o processo de licenciamento ambiental interrompido pelo Ibama devido a insuficiência de informações no projeto e pela ausência de documentos que deveriam ser apresentados para a instalação do empreendimento.

Comunidade de Macacos – MG

População em luta contra violações de direitos pela Vale. Reivindicam o retorno dos moradores às suas casas e reparação dos danos. Em fevereiro de 2019, as sirenes de alerta da Barragem B3/B4 foram disparadas e cerca de 118 famílias que residiam na ZAS foram removidas. A população protestou bloqueando a entrada da Vale no distrito. Em 2021, se iniciou a descaracterização da barragem e as famílias seguem desalojadas e sem retorno definido.

Atingidas/os de Barão de Cocais – MG

População em luta contra violações de direitos pela Vale. Reivindicam a suspensão da evacuação das comunidades; avaliação independente dos impactos e negociação justa; descaracterização e suspensão de obras de novas barragens. Em fevereiro de 2019, a Vale evacuou 458 pessoas por risco máximo de rompimento da Barragem Sul Superior. Desalojados e sem perspectiva de retorno, moradores relatam dificuldades no processo de reparação.

Atingidas/os de Catas Altas – MG

População em luta contra a reativação das minas Tamanduá e Almas, da Vale, no Complexo Fazendão. Em fevereiro de 2020, a expansão da Mina São Luiz, da Vale, foi revogada pelo Codema. Em março do mesmo ano, a mineradora anunciou a suspensão das atividades em Catas Altas até que o governo aprovasse o licenciamento para a expansão do Complexo Fazendão.

Atingidas/os de Antônio Pereira – MG

População em luta contra as violações de direitos pela Vale. Reivindicam contratação imediata de ATI; monitoramento da emissão de poluição no ar; reparação dos danos. Em abril de 2020, a Barragem Doutor foi incluída no nível 2 de emergência e 78 famílias que residiam na Zona de Autossalvamento (ZAS) foram removidas. Em fevereiro de 2021, mais 30 famílias foram remanejadas.

Atingidas/os de Itabira – MG

População em luta contra violações de direitos pela Vale. Reivindicam reparação dos danos; elaboração de um plano de ação com participação popular; revisão das outorgas de água. Moradores têm vivido sob ameaça de despejo e expulsão por conta do risco de rompimento da Barragem do Pontal devido às obras de descaracterização. A Vale tem causado terror e desespero com o acionamento das sirenes de alerta de rompimento da barragem.

Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela

População em luta pela não instalação da Mina Apolo, da Vale. Reivindicam a criação de um Parque Nacional e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). O parque foi decretado em outubro de 2014 pelo ICMBio, mas com área menor do que a proposta, e a RDS não foi criada. O Movimento participou da mobilização pela aprovação do PL “Mar de Lama Nunca Mais”.

Pare Ternium/Pare TKCSA

População em luta contra violações de direitos pela TKCSA e agora Ternium. Reivindicam reparação dos danos; fim das contaminações e da atividade siderúrgica na região. Em 2010 e 2012, ocorreram chuvas de prata, contaminando o ar. Em 2010, parte do bairro de Santa Cruz foi alagado após o desvio do Canal de São Francisco feito pela TKCSA.

População de Volta Redonda – RJ

População em luta contra apropriação indevida de terras públicas e danos ambientais pela CSN. Reivindicam a reincorporação ao Poder Público de imóveis e terras sem função social. Desde 2016, a população denuncia o desvio de finalidade dos imóveis desapropriados. Em abril de 2021, o Coletivo VR Abandonada convocou um abaixo-assinado pela retomada para uso imediato do Centro de Puericultura.

Agricultoras/es de São João da Barra – RJ

População em luta contra violações de direitos pelo complexo portuário que atende a Anglo American. Reivindicam devolução da posse das terras e revogação do decreto estadual de desapropriação. Em 2010, se iniciou o processo de desapropriação para construção do Distrito Industrial. Em 2019, a ALERJ questionou o favorecimento da LLX, primeira responsável. Hoje as terras estão sob controle da Prumo Logística e seguem sem perspectiva de uso produtivo.

Atingidas/os de Jardim Camburi – ES







População em luta contra violações de direitos pela Vale e ArcelorMittal. Reivindicam reparação e responsabilização das empresas pela poluição na Grande Vitória; leis ambientais mais rígidas. Em 2015, foi criada na Assembleia Legislativa do ES a CPI do Pó Preto. Em jan. de 2016, a Justiça decidiu pela suspensão das atividades das empresas mas, 4 dias depois, o TRF2 aceitou pedido de liminar da Vale e suspendeu a decisão.

PONTOS DA CADEIA PRODUTIVA











“No mapa “Conflitos e Resistências na Rota do Minério de Ferro”, encontramos pontos que se referem aos módulos da cadeia produtiva do minério de ferro e às resistências populares nos territórios. Abaixo seguem mais informações sobre os pontos que constituem a rota. Para encontrá-los no mapa, basta se orientar pelo município*.”

*“Os Complexos de Minas são formados por mais de uma unidade operacional que, em alguns casos, estão localizadas em mais de um município. Nesses casos, descrevemos aqui apenas o município próximo ao qual está o ponto no mapa.”




























ESPÍRITO SANTO

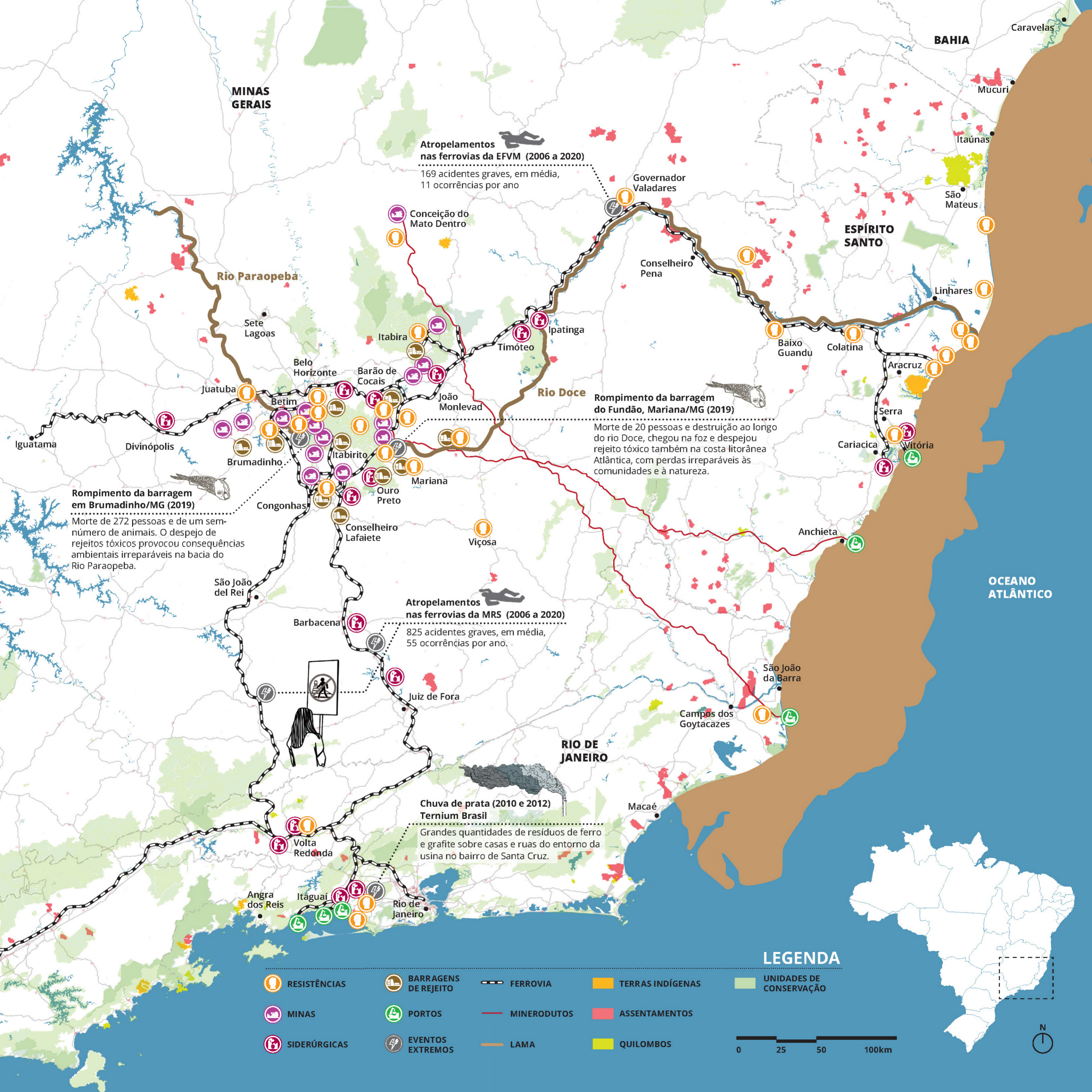
-  Anchieta – Porto de Ubu (Samarco Mineração/Vale S.A./BHP Billiton)
-  Vitória – Porto de Tubarão (Vale S.A.)
-  Vitória – ArcelorMittal
-  Cariacica – Grupo Simec
-  Anchieta – Samarco Mineração
-  MG - ES – Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) – Vale S.A.

RIO DE JANEIRO

-  Mangaratiba – Terminal Ilha Guaíba (Vale S.A.)
-  Itaguaí – Porto de Itaguaí (Companhia Siderúrgica Nacional-CSN)
-  São João da Barra – Porto de Açú (Prumo Logística / Anglo American)
-  Itaguaí – Porto Sudeste do Brasil S.A. (Mubadala e Trafigura)
-  Rio de Janeiro – Companhia Siderúrgica do Atlântico (Ternium Brasil)
-  Rio de Janeiro – Gerdau Cosigua Santa Cruz
-  Volta Redonda – Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)
-  Barra Mansa – Siderúrgica ArcelorMittal
-  MG - RJ – Mineroduto Minas-Rio – Anglo American
-  MG - RJ – Malha Ferroviária MRS Logística S.A.

MINAS GERAIS

-  Barbacena - Vale Manganês
-  Juiz de Fora – ArcelorMittal
-  Ipatinga – Usinas Siderúrgicas de Minas (Usiminas Ternium)
-  Timóteo – Aperam Inox América do Sul S.A.
-  Ouro Branco – Gerdau Açominas S.A.
-  Barão de Cocais – Gerdau Aços Longos S.A.
-  Divinópolis – Gerdau
-  Sabará – ArcelorMittal
-  João Monlevade – ArcelorMittal Monlevade
-  Nova Lima – Complexo de Vargem Grande – Vale S.A.
-  Nova Lima – Complexo Paraopeba – Vale S.A.
-  Itabira – Complexo de Itabira – Vale S.A.
-  Barão de Cocais – Complexo Minas Centrais – Vale S.A.
-  Mariana – Complexo Mariana – Vale S.A.
-  Mariana – Complexo Germano – Samarco Mineração
-  Conceição do Mato Dentro – Sistema Minas-Rio – AngloAmerican
-  Congonhas – Complexo Casa de Pedra – Cia Siderúrgica Nacional (CSN)
-  Ouro Preto – Mina de Miguel Burnier – Gerdau Açominas S.A.
-  Itatiaiuçu – Mina Oeste – Usinas Siderúrgicas de Minas (Usiminas)
-  Itatiaiuçu – Mina de Serra Azul – ArcelorMittal
-  Brumadinho – Mina Córrego do Feijão – Vale S.A.
-  Itabirito – Mina Várzea do Lopes – Gerdau
-  João Monlevade – Mina do Andrade – ArcelorMittal
-  MG - RJ – Mineroduto Minas-Rio – AngloAmerican
-  MG - ES – Samarco Mineração
-  MG - RJ – Malha Ferroviária MRS Logística S.A.
-  MG - ES - Estrada de Ferro Vitória a Minas – Vale S.A.



Atropelamentos nas ferrovias da EFVM (2006 a 2020)
 169 acidentes graves, em média, 11 ocorrências por ano

Rompimento da barragem do Fundão, Mariana/MG (2019)
 Morte de 20 pessoas e destruição ao longo do rio Doce, chegou na foz e despejou rejeito tóxico também na costa litorânea Atlântica, com perdas irreparáveis às comunidades e à natureza.

Rompimento da barragem em Brumadinho/MG (2019)
 Morte de 272 pessoas e de um sem-número de animais. O despejo de rejeitos tóxicos provocou consequências ambientais irreparáveis na bacia do Rio Paraopeba.

Atropelamentos nas ferrovias da MRS (2006 a 2020)
 825 acidentes graves, em média, 55 ocorrências por ano.

Chuva de prata (2010 e 2012) Ternium Brasil
 Grandes quantidades de resíduos de ferro e grafite sobre casas e ruas do entorno da usina no bairro de Santa Cruz.

LEGENDA

-  RESISTÊNCIAS
-  BARRAGENS DE REJEITO
-  FERROVIA
-  TERRAS INDÍGENAS
-  UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
-  MINAS
-  PORTOS
-  MINERODUTOS
-  ASSENTAMENTOS
-  SIDERÚRGICAS
-  EVENTOS EXTREMOS
-  LAMA
-  QUILOMBOS

